EDITORA
UnB

Análise de práticas contra-hegemônicas na formação dos profissionais de Ciências Agrárias

Reflexões sobre o Programa Residência Agrária

Volume II

N. Cham.: 37.018.523 P912co
Título: Práticas contra-hegemônicas na formação dos profissionais das ciências
10455881 Ac. 1035245
v. 2 Ex.2 BCE

Organizadores
Mônica Castagna Molina
Fernando Michelotti
Rafael Litvin Villas Boas
Rita Fagundes

EDITORA
UnB

Práticas contra-hegemônicas na formação dos profissionais das Ciências Agrárias
Volume II
Reflexões sobre o Programa Residência Agrária

Organizadores
Mônica Castagna Molina
Fernando Michelotti
Rafael Litvin Vilas Boas
Rita Fagundes

Universidade de Brasília

Reitora Márcia Abrahão Moura
Vice-Reitor Enrique Huelva

EDITORA
UnB

Diretora Germana Henriques Pereira

Conselho editorial
Germana Henriques Pereira
Fernando César Lima Leite
Estevão Chaves de Rezende Martins
Beatriz Vargas Ramos Gonçalves de Rezende
Jorge Madeira Nogueira
Lourdes Maria Bandeira
Carlos José Souza de Alvarenga
Sérgio Antônio Andrade de Freitas
Verônica Moreira Amado
Rita de Cássia de Almeida Castro
Rafael Sanzio Araújo dos Anjos

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

P912 Práticas contra-hegemônicas na formação dos profissionais das Ciências Agrárias: reflexões sobre o Programa Residência Agrária : volume II / Mônica Castagna Molina ... [et al.], [organização]. – Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2017.
476 p. ; 23 cm.

ISBN 978-85-230-1208-3.

1. Educação do campo. 2. Ciências Agrárias. 3. Residência agrária. 4. Agroecologia. I. Molina, Mônica Castagna (org.).

CDU 63

Impresso no Brasil

Equipe editorial
Observatório da Educação do Campo
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)
Centro Transdisciplinar de Educação do Campo - CETEC

Coordenadora de produção editorial Mônica Castagna Molina

Preparação e revisão Sandra Fonteles

Capa, projeto gráfico, tratamento de imagens, produção gráfica, vetorização de figuras/gráficos/tabelas/quadros, diagramação e arte final Alex Silva

O presente trabalho foi realizado com apoio do Programa Observatório da Educação, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES/Brasil.

Copyright © 2017 *by* Editora Universidade de Brasília

Direitos exclusivos para esta edição:
Editora Universidade de Brasília
SCS, quadra 2, bloco C, nº 78, edifício OK,
2º andar, CEP 70302-907, Brasília, DF
Telefone: (61) 3035-4200
Site: www.editora.unb.br
E-mail: contatoeditora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Sumário

Prefácio
Roseli Salete Caldart 06

Apresentação
As Organizadoras e os Organizadores 17

BASES TEÓRICAS E EPISTEMOLÓGICAS DO PROGRAMA RESIDÊNCIA AGRÁRIA

Residência Agrária e projeto educativo dos camponeses
Clarice Aparecida dos Santos 28

Agroecologia: uma contribuição camponesa à emancipação humana e à restauração revolucionária da relação metabólica sociedade-natureza
José Maria Tardin e Dominique Michèle Perioto Guhur 44

EIXO 1
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS, TERRITÓRIOS CAMPONESES E ORGANIZAÇÃO SOCIAL

Educação do Campo e democracia: a experiência do Curso "Residência Agrária – Matrizes Produtivas da Vida no Campo" da Universidade de Brasília
Beatriz Casado Baides, Geraldo José Gasparin, Luiz Henrique Gomes de Moura, Rafael Litvin Villas Bôas e Marco Antonio Ribeiro Baratto 102

Construção compartilhada de saberes: a experiência do NEEPA
Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo, Andrea Machado Camurça e Lígia Alves Viana 128

Ressignificando resistências e apontando caminhos: IALA Amazônico e Residência Agrária
Fernando Michelotti, Marcelo Bruno Ribeiro Barbosa e Elenara Ribeiro da Silva 146

Uma entrada pela fresta: reflexões sobre a Pós-Graduação Residência Agrária na Universidade Federal do Pará
Sônia Barbosa Magalhães e Laura Angélica Ferreira 176

Estratégias pedagógicas na articulação entre teoria e prática no Programa de Pós-Graduação em Direitos Sociais do Campo – Residência Agrária (UFG/Regional Goiás)
Erika Macedo Moreira, Ana Cláudia Diogo Tavares, Janaína Tude Sevá e Ranielle Caroline de Sousa 192

EIXO 2
MATRIZES TECNOLÓGICAS

Processos históricos e inovações tecnológicas no semiárido brasileiro
Jonas Duarte 218

Das sementes aos frutos: a experiência do Curso de Especialização em Extensão Rural Agroecológica e Desenvolvimento Rural Sustentável – Residência Agrária/UFC
Ivana Leila Carvalho Fernandes, Diana Mendes Cajado, Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo e Daniel Albiero.....242

Arte, cultura e Educação do Campo no Centro de Ciências Agrárias: o confronto com o instituído
Maria Inês Escobar da Costa.....264

Residência Agrária - Sergipe: semeando a agroecologia e a soberania alimentar
Rita Fagundes, Andhressa Araújo Fagundes e Amaury da Silva dos Santos.....288

EIXO 3
AGROECOLOGIA, SAÚDE, FEMINISMO, SEMENTES E O PROCESSO DE GERAÇÃO DA VIDA

Mulheres camponesas e quintais: anúncio de esperança e (re)existência para a vida planetária
Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo, Andrea Machado Camurça, Lígia Alves Viana e Karla Karolline de Jesus Abrantes.....312

O protagonismo das mulheres no Residência Agrária da UnB: um despertar feminista
Adriana Fernandes Souza e Charlote Emanuele da Silva Sousa.....332

Diálogo entre segurança alimentar, saúde e agroecologia: uma experiência de pesquisa e extensão do Curso de Residência Agrária da Universidade Federal de Sergipe (UFS)
Andhressa Araújo Fagundes, Rita Fagundes, Tatiana Canuto Silva e Josefa Adriana Leal.....348

EIXO 4
FEIRAS DA REFORMA AGRÁRIA, AGROECOLOGIA E RELAÇÃO CAMPO E CIDADE

Feiras da Reforma Agrária: uma ferramenta para a organização produtiva e para o fortalecimento da soberania alimentar
Bárbara Loureiro Borges e Fábio Ramos Nunes.....374

Feira dos Produtores Rurais de Parauapebas/PA: produção e circulação de alimentos como temática de estudo no Residência Agrária
Haroldo de Souza, Fernando Michelotti e Ayala Lindabeth Dias Ferreira.....394

A construção de dados sobre a inserção dos agricultores assentados no PNAE
Marcela Medeiros de Castro e Débora Franco Lerrer.....410

As Feiras Nacionais do MST e a Reforma Agrária Popular
Ana Manuela Chã, Carla Tatiane Guindani, Daniel Mancio e Andrea Matheus.....428

Posfácio
As Organizadoras e os Organizadores.....447

A respeito das Organizadoras e Organizadores.....463

A respeito dos Autores.....467

EIXO 1

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS, TERRITÓRIOS CAMPONESES E ORGANIZAÇÃO SOCIAL

Educação do Campo e democracia: a experiência do Curso "Residência Agrária – Matrizes Produtivas da Vida no Campo" da Universidade de Brasília
Beatriz Casado Baides, Geraldo José Gasparin, Rafael Litvin Villas Bôas, Luis Henrique Gomes de Moura e Marco Antonio Ribeiro Baratto

Construção compartilhada de saberes: a experiência do NEEPA
Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo, Andrea Machado Camurça e Lígia Alves Viana

Ressignificando resistências e apontando caminhos: IALA Amazônico e Residência Agrária
Fernando Michelotti, Marcelo Bruno Ribeiro Barbosa e Elenara Ribeiro da Silva

Uma entrada pela fresta: reflexões sobre a Pós-Graduação Residência Agrária na Universidade Federal do Pará
Sônia Barbosa Magalhães e Laura Angélica Ferreira

Estratégias pedagógicas na articulação entre teoria e prática no Programa de Pós-Graduação em Direitos Sociais do Campo – Residência Agrária (UFG/Regional Goiás)
Erika Macedo Moreira, Ana Cláudia Diogo Tavares, Janaína Tude Sevá e Ranielle Caroline de Sousa

Uma entrada pela fresta: reflexões sobre a Pós-Graduação Residência Agrária na Universidade Federal do Pará

Sônia Barbosa Magalhães[1]

Laura Angélica Ferreira[2]

A experiência da Universidade Federal do Pará (UFPA) com a Pós-Graduação Residência Agrária remonta à edição da primeira turma (2004/2005), momento em que o formato do curso era diferenciado do atual, embora a proposta tenha-se mantido quase a mesma, com seus princípios e objetivos mais amplos.

Quando falamos da UFPA, nos referimos ao grupo do Neaf (Núcleo de Estudos Integrados sobre a Agricultura Familiar), hoje NCADR (Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural), que possuía no momento da primeira edição uma configuração diferenciada da que tem hoje. A principal transformação foi a criação da nova Universidade Federal do Sul e Sudeste do Estado do Pará, a Unifesspa, e, com isso, parte da equipe que liderou a primeira turma do Residência Agrária tornou-se Unifesspa e a outra parte permaneceu na UFPA. Aqui trataremos de reflexões apenas a partir da leitura de docentes da UFPA.

Como descrito em Ferreira et al. (2009), a inserção da UFPA no programa foi uma consequência natural da experiência do grupo de docentes-pesquisadores do Neaf, pois a prática e a missão do grupo sempre se basearam no apoio ao desenvolvimento regional a partir da consolidação da agricultura camponesa. Nessa missão, o entendimento sempre foi o de formar recursos humanos capacitados técnica e cientificamente sobre o âmbito produtivo que envolve esse contexto social, assim como compromissados com as mudanças e lutas existentes no campo agrário amazônico. Para atin-

[1]Docente/pesquisadora da Universidade Federal do Pará. Doutora em Antropologia Social (Universidade Federal do Pará).

[2]Docente/pesquisadora da Universidade Federal do Pará. Doutora em Développement Rural et Système d'Élevage (Institut National Agronomique Paris-Grignon).

gir tal missão, algumas condições foram necessárias: i) conhecimento, por parte da equipe de docentes-pesquisadores, da realidade que se pretende tratar; ii) estreita relação com os movimentos sociais locais; iii) imersão dos estudantes/educandos na realidade das famílias camponesas como recurso didático-pedagógico formativo mais eficiente.

A proposta do Residência Agrária veio corroborar a nossa experiência, contribuindo fortemente no apoio financeiro e sobretudo permitindo atingir um público diferenciado — educandos oriundos de famílias inseridas no Programa de Reforma Agrária — condição *sine qua non* para a entrada no curso, o que nas situações normais, legais e burocráticas da universidade seria muito difícil. Esse apoio torna-se ainda mais importante quando olhamos a malha fundiária do Pará, estado que concentra o maior número de assentamentos do país, apresentando registros de 1.067 assentamentos, com um total de 224.751 famílias assentadas (INCRA, 2016).

Na primeira edição do programa na UFPA, o curso foi ofertado em parceria entre as Universidades Federais do Acre e do Pará, com a realização de etapas presenciais (escola) e de campo (comunidade) nos dois estados. A diversidade de experiências no interior do grupo de educandos e educadores permitiu um rico debate sobre a situação da agricultura camponesa da Amazônia, tanto do ponto de vista de sua organização social e política quanto da organização da produção, e este pode ser considerado o ganho maior do curso (FERREIRA et al., 2009).

Nessa última edição, que envolveu a formação de duas turmas (2013/2014 e 2015), a diversidade dos assentamentos de origem dos educandos permitiu a abordagem de várias temáticas referentes às situações concretas dos assentamentos evidenciadas nos trabalhos de conclusão de curso. A diversidade também favoreceu reflexões sobre a relação entre as características do público-alvo do programa no contexto paraense e as exigências burocráticas e científicas da universidade como instituição de formação e de produção do conhecimento. É dessa perspectiva que neste texto trazemos os seguintes pontos à discussão: 1) o *lugar* da Pós-Graduação Residência Agrária na universidade; 2) a formação e inserção dos pós-graduandos; 3) a produção de conhecimento no âmbito dessa Pós-Graduação.

O *lugar* da Pós-Graduação Residência Agrária na universidade

Como remarcado por Sá e Molina (2014), os fundamentos da educação que emergem no contexto das lutas camponesas pela Reforma Agrária desde as últimas décadas do século XX têm como pressuposto um projeto de sociedade alternativo à lógica do capital que se encontra na lógica camponesa. Por conseguinte, trata-se de um projeto de formação que, no limite, interroga os alicerces da universidade como instituição de reprodução daquela lógica.

Avaliamos que o Residência Agrária entra na universidade no contexto das crises de hegemonia, de legitimidade e institucional (SOUSA SANTOS, 2010) que a assolam no final do século XX. Entra na Pós-Graduação pelo que é designado *Lato Sensu*, ou seja, cursos de especialização que se realizam paralelamente à Pós-Graduação *Stricto Sensu* e fora do sistema Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Isso quer dizer sem o registro lá onde se encontram os cursos de mestrado e doutorado, considerados o lugar da construção e da reprodução da excelência, e para os quais há um sistema de avaliação considerado um crivo de qualidade.

Poderíamos dizer que se trata de uma entrada pela fresta. Com duração mínima de 360 horas, os cursos *lato sensu* não são considerados de natureza acadêmica e não visam à formação de pesquisadores. São cursos que, se em décadas passadas, quando ainda era incipiente a oferta de cursos de mestrado no país, ocupavam um lugar importante para a formação de topo, com a expansão da Pós-Graduação *Stricto Sensu* passaram ao segundo plano, sendo menos valorizados. Essa desvalorização explicita-se no direcionamento para a formação em funções especializadas na indústria e na gestão e na prevalência da oferta por instituições privadas (CAPES, 2010a, p. 126). Especialmente na última década as especializações aparecem glamorizadas sob a denominação "MBA". Tal denominação, originária do inglês *Master in Business Administration*, rapidamente vem emprestando seu suposto *glamour* às mais diversas áreas (CAPES, 2010b, p. 263). Todavia, contraditoriamente é por essa fresta que a formação voltada para o fortalecimento da lógica camponesa adentra a universidade, numa disputa – silenciosa e não tão evidente – com a lógica industrial capitalista.

Estar fora do sistema Capes significa que a modalidade *lato sensu* está fora de políticas públicas de incentivo e financiamento. No âmbito das universidades públicas, são objeto de demandas de empresas estatais e públicas. No caso da Universidade Federal do Pará, muitas vezes a demanda é de empresas cujas ações e interesses colidem com o projeto camponês, em situações inclusive extremas, como o são as situações de expropriação e desterritorialização. Dessa perspectiva, a Pós-Graduação Residência Agrária demanda um movimento no interior do próprio Estado para a destinação de recursos financeiros que estão fora do sistema MEC (Ministério da Educação e Cultura). Tal condição não seria problema se não tivesse como consequência o risco sempre iminente da descontinuidade de sua oferta e se não implicasse uma longa e incansável canalização de energia para o exercício de um direito já conquistado – a educação gratuita para todos em todos os níveis. A cada nova edição, um novo esforço para a captação de recursos, cuja obtenção não está assegurada *a priori*.

Há que se observar também as relações que se estabelecem entre a Pós-Graduação *Lato Sensu* e os cânones hegemônicos da formação científica. De um lado, a matriz e o caminho de reconhecimento do curso no interior da universidade, e de outro, a valorização das atividades e da produção de conhecimento nesse âmbito. Na Universidade Federal do Pará, provavelmente a própria preexistência das atividades do Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural baseadas na denominada pesquisa-ação diminui a estranheza de um curso de Pós-Graduação voltado para esse público em particular, e os trâmites burocráticos no âmbito institucional fluem normalmente. Todavia, isso só se torna possível porque em ato precedente, isto é, ao inserir a proposta de curso no "sistema" de demandas, os coordenadores já elaboraram justificativas e adequações, especialmente sobre tempo e espaço, além de resultados esperados, sobre escola e comunidade, sobre trabalhos de conclusão de curso e critérios de avaliação.

O "sistema" é de fato um programa de computador, cuja elaboração eleva ao limite os pressupostos quantitativistas e limitantes às inovações, à incerteza e à dúvida. Desse modo, a fixidez do sistema porta um *a priori* que é dado na própria concepção atual de universidade e em seu correlato de excelência.

O problema do quantitativismo estende-se como um polvo sobre todas as áreas da universidade e, conforme observa Sousa Santos (2010, p. 217), leva a privilegiar "objetivos ou produtos mais facilmente quantificáveis", que certamente não são os mais importantes para a Pós-Graduação Residência Agrária. Esta prima por tornar salientes os valores e os direitos, além da técnica, desde que subordinada a eles.

Conforme será tratado a seguir, a avaliação que recebemos dos alunos e comunidades sobre suas (novas) práticas não são apreensíveis pelo sistema. Revelam-se no recorte dos objetos de pesquisa – mais conectados às demandas da comunidade do que às demandas do conhecimento; nos eventos de discussão – que privilegiam a discussão dos resultados com os próprios observados; nos veículos de publicação – que privilegiam os periódicos ou livros de extensão; nas interações locais – que põem em destaque o cotidiano de construção de uma vida social mais justa e mais ética, mais solidária entre os homens entre si e entre os homens e a natureza.

Mensurar a produção de conhecimento pelo número de publicações por sua vez conduz não apenas a uma espécie de escolha de objetos e/ou de prioridades de pesquisa, mas também de determinadas teorias – aquelas hegemônicas, mais facilmente aceitáveis pelos veículos de publicação "qualisados". Entre o predomínio dos procedimentos das ciências naturais e exatas e o taylorismo intelectual (Plano Nacional de Pós-Graduação, 2010, vol. 1, p. 127) continua exíguo o espaço, mesmo desvalorizado, da proposta de Pós-graduação Residência Agrária.

Um dos corolários do taylorismo intelectual e/ou do *publish or perish* (YAMAMOTO, 2000) é a velada desvalorização da prática docente dedicada à orientação desses pós-graduandos, cujo lugar subalterno aparece em outro "sistema" – o Sistema Lattes. Desse modo, parece estar se consolidando, até mesmo de forma inconsciente, uma escolha dos docentes por atividades nos cursos de mestrado (acadêmico) e doutorado, em detrimento dos inquestionáveis valores éticos e sociais da Pós-Graduação Residência Agrária. Ainda que muitos dos mestrados acadêmicos não guardem um perfil tão reconhecidamente acadêmico, a sua designação resulta quantitativamente em sua automática valorização. Inversamente, ainda que a especialização seja

de excelência, a sua designação jamais resultará em sua alçada ao topo da produção e da formação.

Cabe ressaltar, todavia, que a lógica de reconhecimento acadêmico prevalecente não guarda correlação com a importância dos cursos para o público ao qual se destinam e para a sociedade. A seguir, tentamos evidenciar alguns aspectos dessa importância para a formação dos profissionais do campo.

A formação e a inserção dos pós-graduandos

A seleção dos candidatos para a Pós-Graduação Residência Agrária na Universidade Federal do Pará, denominada Curso de Especialização em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agroambiental na Amazônia (DAZ), pode ser interpretada como um momento revelador das dificuldades ainda persistentes de acesso aos cursos de graduação para os educandos no contexto da Reforma Agrária no estado do Pará e na Amazônia, mas também do limitado número de profissionais graduados que atuam neste contexto e/ou das limitadas possibilidades de qualificação profissional que lhes são facultadas.

Do total de candidatos inscritos, apenas 17% eram residentes nos assentamentos, e deles, 56% foram da primeira turma, ofertada em 2013, e 44% da segunda turma, ofertada em 2015. Cabe ressaltar que 22% desses candidatos são provenientes de assentamentos situados na região metropolitana de Belém, cuja formação ocorreu desvinculada da política Pronera de cursos de graduação, em cursos regulares oferecidos pela universidade pública ou em cursos regulares oferecidos por meio do financiamento (público ou misto) à faculdade/universidade privada. Deve ser ressalvado, no entanto, que egressos do sistema modular de ensino de graduação ofertado no interior do estado do Pará, sobretudo em regiões de difícil acesso como as ilhas, lograram acessar a especialização.

Essa evidência relativa ao baixo número de graduados residentes nos assentamentos, obtida no processo de seleção e inscrição dos candidatos, confirmar-se-ia depois nos diagnósticos realizados nos Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária, tanto em assentamentos criados mais

recentemente, como os Projetos de Assentamento Extrativistas, quanto nos Assentamentos mais antigos.

No elenco dos cursos de graduação realizados pelos pós-graduandos DAZ, pode-se verificar uma gama variada que inclui licenciaturas (Ciências Naturais, Ciências Agrárias), Pedagogia e as Engenharias (de Pesca, Florestal e Agronomia)[3]. Embora em termos quantitativos possa ser observada uma certa exclusão dos considerados cursos "nobres" da graduação, a variedade constatada pode ser lida como indício de um processo mais geral de qualificação, que começa a chegar ao *campo* no estado do Pará e por extensão na Amazônia. O que pode ser ressaltado todavia é ainda a inadaptabilidade do nível de formação obtida ao crivo de exigência formalmente prescrita na Pós-Graduação, notadamente habilidade para a leitura, interpretação e síntese de extensos textos técnico-científicos, e o domínio das normas formais/padronizadas da escrita. Podemos afirmar que é no domínio do *corpus* e dos símbolos da graduação formal que melhor se observa o caráter excludente da trajetória de formação. É o caráter excludente todavia que se relativiza nas práticas metodológicas e nos fundamentos epistemológicos da proposta de educação Residência Agrária.

Entre os selecionados, foi unanimemente reconhecido que a especialização Residência Agrária constituía de fato o único caminho possível para a Pós-Graduação. É por meio desse movimento dialético entre a exclusão e a superação que pudemos acompanhar o ingresso de aproximadamente 31,6% dos alunos do DAZ em cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, escalando uma barreira que seria muito mais difícil sem a etapa de especialização pela qual passaram.

As características da trajetória de formação não se distinguem por gênero, observando-se inclusive uma leve superioridade percentual de participação feminina (58%). No contexto marcado pelo patriarcalismo, pela gestão predominantemente masculina da unidade de produção familiar agrícola e agroextrati-

[3]Gama de cursos de formação dos pós-graduandos: Administração; Agronomia; Biologia; Ciências Agrárias; Ciências Biológicas; Ciências da Computação; Ciências Econômicas; Ciências Naturais; Ciências Sociais; Comunicação Social; Direito; Engenharia de Pesca; Engenharia Florestal; Geografia; Gestão Ambiental; Pedagogia; Relações Internacionais; Serviço Social; Tecnologia Agroindustrial de Alimentos; Tecnologia em Aquicultura; Zootecnia.

vista, a composição do grupo de pós-graduandos parece revelar, como já observado em outras situações (KIND et al., 2016), o protagonismo de mulheres nos assuntos referentes à política e à reflexão sobre os destinos de suas sociedades.

De acordo com o explanado acima, além da escassa demanda de assentados pela Pós-Graduação, observou-se também a inexpressiva demanda de profissionais *do campo*, notadamente professores e extensionistas. Isso parece revelar, por um lado, a inexpressividade numérica destes últimos, e por outro, as restrições impostas à qualificação para os professores em atividade. Nesse particular, registra-se a desistência antes da matrícula e o desligamento do curso por incompatibilidade no cumprimento de atividades, seja do Tempo Escola seja do Tempo Comunidade.

Entretanto, no grupo de pós-graduandos DAZ foram observadas histórias de reconversão de trajetórias, que incluem experiência de profissionalização e assalariamento urbano-industrial e o retorno à condição social camponesa como opção de vida; experiências de ausências temporárias visando à graduação que obtiveram sucesso no retorno; experiência de retorno para o exercício profissional após o DAZ. Temos como hipótese que o exercício de produção de conhecimento desenvolvido no curso contribuiu para ressignificar a trajetória de partida e regresso ao campo, mas seria necessária uma investigação mais aprofundada sobre o tema. O que vamos expor a seguir apenas suscitou essa hipótese.

A produção de conhecimento no âmbito do DAZ

Sousa Santos (2014, p. 28-30) distingue o conhecimento universitário do conhecimento pluriversitário, para remarcar a relação que se estabelece entre objeto de estudo e sociedade. O primeiro caracterizar-se-ia pela distinção entre pesquisa científica e tecnológica e seria produzido por agentes que, no âmbito de uma hierarquia organizacional, partilham os mesmos objetivos de produção e portam a mesma cultura científica. O segundo seria marcado pela contextualização ("conhecimento contextual"), isto é, os critérios de excelência e relevância seriam resultado da interação entre produtores e utilizadores. Esse conhecimento pluriversitário tem sido posto em prática por meio da relação que se estabelece

entre universidade e indústria ("conhecimento mercantil"), tanto em países centrais como periféricos. Todavia, é sobretudo nestes últimos que se tem desenvolvido, por oposição, o "conhecimento solidário", produzido por meio da relação que se estabelece entre pesquisadores e sindicatos, movimentos sociais e grupos sociais especialmente vulneráveis.

Poderíamos dizer que o conhecimento produzido no âmbito do DAZ seria caracterizado por um "conhecimento solidário", cujas temáticas e objetos de estudo foram ancorados na identificação compartilhada e na construção dialogada.

Identificadas a partir da realização do trabalho de diagnóstico socioagroambiental, as temáticas estudadas refletem a percepção dos educandos sobre os principais problemas enfrentados pelas comunidades e pelas famílias, e sobre suas demandas.

De fato, o instrumento de diagnóstico utilizado no curso tem como principal objetivo permitir uma aproximação dos educandos com a realidade. Seria o instrumento de maior força para apreensão da situação produtiva da família dentro de seu contexto sociocultural e político. Pretende-se com tal instrumento construir uma grade de leitura, sobretudo agroecológica, da realidade das famílias que permita aos educandos refletir sobre as principais linhas de ação-desenvolvimento para apoiá-las.

Percebe-se, no entanto, que os resultados desse trabalho ultrapassam os limites propostos. A imersão em campo com um olhar direcionado ao universo socioprodutivo das famílias em variados momentos do curso, com um arcabouço teórico-conceitual que vai se aprofundando ao longo da própria pesquisa, provoca uma efervescência de descobertas tanto aos "de dentro" quanto aos "de fora". Muitas dessas descobertas concretizam-se em propostas de ações que podem ser imediatas, mas uma boa parte conduz à reflexão da necessidade de um aprofundamento sobre a questão apontada, levando à construção das temáticas escolhidas para a monografia ou trabalho final.

Localizadas no nordeste e sudeste paraense, as áreas de estudo envolveram nove assentamentos – Mártires de Abril, Assurini, Ilha Maúba, Abril Vermelho, Terra Nova, São Lourenço, Fortaleza, Ilha Piquiarana e Mutirão Japuretê – uma reserva extrativista (Reserva Extrativista do Mapuá) e duas comunidades limítrofes (Vila Braba e Ressaca), cuja inserção é resultado de demanda, seja da própria comunidade, seja de pós-graduando ou professor a ela profissionalmente vinculado.

De uma maneira geral, podemos agrupar as temáticas em seis grandes temas: a) expansão de monocultivos e subordinação da produção camponesa; b) transformações socioambientais e expropriação camponesa; c) políticas públicas para a agricultura familiar; d) comercialização; e) Educação do Campo; f) sistemas produtivos, biodiversidade, técnicas de produção e manejo[4].

Os temas são, por sua vez, indicativos de "problemas" com os quais se confrontam as sociedades camponesas com as quais interagimos: por exemplo, a dificuldade de comercialização dos assentamentos localizados na região metropolitana de Belém. Essa é uma boa tradução para *"tão perto e tão longe"*, pois as famílias dos assentamentos estudados – Mártires de Abril e Abril Vermelho – assim como de outros assentamentos da região, têm um mercado fortíssimo na porta de casa, entretanto não dispõem de meios técnicos e financeiros para acessar esse mercado.

É dessa perspectiva dialética entre problema social e problemática científica que as apresentações de trabalhos em eventos específicos, como os seminários promovidos pelo curso, abertos ao público e com participação de interlocutores das comunidades, permitiam o exercício acadêmico do conhecimento contextualizado e igualmente a interação com outros agentes, ampliando a esfera de interlocução e crítica. Cabe ressaltar nos seminários[5] a participação de integrantes da alta hierarquia não apenas da gestão pública como também da universidade, em raro momento de reconhecimento e valorização da Pós-Graduação *Lato Sensu*.

A produção de conhecimento no caso do DAZ guarda estreita correlação com o desempenho durante o curso. Ambos são frutos do engajamento dos pós-graduandos nos contextos estudados: compromisso sociopolítico e compromisso acadêmico aqui se interseccionam. É notável o índice de conclusão do curso – 90,4%. É notável também a inserção dos pós-graduandos na esfera superior, a Pós-Graduação *Stricto Sensu*.

[4]A maioria dos trabalhos produzidos está disponível em: <http://memoriadazresidencia.wixsite.com/site>. Na página também podem ser encontrados vídeos com avaliações e comentários de participantes do curso e sobre as comunidades estudadas, além de fotos e de atividades pedagógicas.

[5]Sobre os seminários, consultar também: <http://memoriadazresidencia.wixsite.com/site>.

Aproximadamente 31,6% dos concluintes foram aprovados em Cursos de Mestrado Acadêmico (Ciências Ambientais; Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável; Sociologia e Antropologia) e Mestrado Profissional (Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares). Nessa inserção, há uma predominância de mulheres, representando 58%. Podemos ter como hipótese (ou como desejo) que a trajetória desses pós-graduandos, com a experiência de "conhecimento solidário" vivenciada no DAZ, acabará por repercutir em sua história futura de produtores de conhecimento.

Do mesmo modo, outro tipo de desdobramento da produção do conhecimento sobre a prática dos agentes pode ser observada na materialização do "grupo de consumo consciente", o Gruca (Grupo para Consumo Agroecológico). Pensado teoricamente como trabalho de conclusão[6], funciona hoje em interação com outros espaços alternativos de comercialização extrauniversidade, ou seja, no interior da própria dinâmica da sociedade. O grupo tem como objetivo aproximar consumidores urbanos e produtores camponeses. As atividades no momento constam da venda coletiva de produtos agroecológicos produzidos pelos agricultores assentados da região metropolitana de Belém, com entrega quinzenal de *paneiros*[7], e de visitas aos agricultores produtores dos alimentos para conhecer como é feita a produção (e ajudar a colher, se necessário). É um grupo de autogestão.

Por fim, não obstante as considerações acima, ou talvez à cause de, registram-se trabalhos resultantes dessa prática de formação e pesquisa em periódicos indexados, como "Desenvolvimento e Meio Ambiente" (MAGALHÃES; SILVA; VIDAL, 2016)[8], além de outros não "qualisados"[9].

Além das publicações em periódicos e livros, registra-se também a apresentação de trabalhos e publicações em anais de congressos nacionais e internacionais. Assim como ocorreu no Congresso Nacional de Residência Agrária, os pós-graduandos também apresentaram trabalhos nos seguintes

[6]Ver Gonzaga (2014).

[7]Paneiro é o nome utilizado no Pará para designar cestos de transporte de rápida confecção em tala de palmeira.

[8]Há pelo menos mais dois trabalhos aceitos para publicação, sendo um na Revista Agricultura Familiar (ISSN 1414-0810) e outro em livro.

[9]Ver, por exemplo, Gomes e Magalhães (2016).

eventos: X Congresso da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção – SBSP; XII Encontro Nacional de História Oral, Política, Ética e Conhecimento; VII Seminário Internacional em Desenvolvimento Rural Sustentável, Cooperativismo e Economia Solidária; VI Congresso Internacional de Pesquisa (Auto) Biográfica – Rio de Janeiro/RJ; X Simpósio Brasileiro de Etnobiologia – Montes Claros/MG; I Simpósio Multidisciplinar UEPA Marabá: As problemáticas socioambientais na Amazônia Oriental - Marabá/PA; 64º Congresso Nacional de Botânica MG, BA e ES/Minascentro – Belo Horizonte/MG; IX Congresso Brasileiro de Agroecologia; XX Encontro Nacional de Grupos PET; VII Encontro Amazônico de Agrárias.

Por outro lado, o que parece mais importante destacar não é a produção em seu estado final, não é o produto acabado, mas o processo que o construiu, porque é nele que se realizam e se evidenciam as trocas, as transformações de coisas, ambientes e pessoas. No cotidiano das atividades do curso, a coordenação recebeu mensagens de comunidades agradecendo a oportunidade de discutir e buscar soluções para os problemas; foram estabelecidos vínculos de cooperação que perduram; ampliaram-se resultados de simples ações. Se isso pode ser dito em relação às comunidades, entre os próprios graduandos escutamos depoimentos reveladores de reencontro com a própria história e de valorização da identidade – no caso, escondida durante todo o curso de graduação – assim como o agradecimento pelo estímulo e apoio à reconversão de trajetórias.

À guisa de (in)conclusão

Neste artigo, buscamos refletir sobre a experiência da Pós-Graduação Residência Agrária, oferecida pela UFPA por meio do Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural entre 2013 e 2015. Como todo processo educativo, não podemos pensar que essa Pós-Graduação se esgota nela mesma ou que seja suficiente para se tirar conclusões. O que aqui abordamos aponta, por um lado, para a complexidade da experiência, para a dialética entre inclusão e exclusão e para a interseção entre trajetória ou sua reconversão, desempenho

acadêmico e produção de conhecimento. Por outro lado, trata dos limites institucionais para a aceitação de outras lógicas acadêmicas ou pedagógicas especialmente questionadoras do projeto sociopolítico hegemônico. Trata-se de limites não tão e nem sempre evidentes, que estão entranhados nos "sistemas" de registro e avaliação pertinentes. É dessa perspectiva que pensamos que a universidade não está ainda aberta para o projeto camponês, sua entrada ainda é pela fresta, esgueirando-se ora entre a fixidez de tempo e espaço, ora entre as graduações liminarmente obtidas, ora por formas diversas e criativas de divulgar e fazer-se notar. Contudo, o importante é que, conforme buscamos evidenciar, o projeto camponês de educação já é uma forma de começar a abrir a universidade, introduzindo e reivindicando a produção de um "conhecimento solidário", base da transformação.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plano Nacional de Pós-Graduação** – PNPG 2011-2020. Brasília, DF: Capes, vol 1, 2010a.

_____. **Plano Nacional de Pós-Graduação** – PNPG 2011-2020. Brasília, DF: Capes, vol 2, 2010b.

FERREIRA, L. A. et al. Os desafios de uma formação voltada para o contexto regional: a experiência do Curso de Especialização em Agricultura Familiar e Camponesa e Educação do Campo da Região Norte. In: MOLINA, M. C. et al. (Orgs.). **Educação do Campo e formação profissional:** a experiência do Programa Residência Agrária. Brasília: MDA, 2009.

GOMES, L. S; MAGALHÃES, S. Agricultores integrados do dendê e questões relativas ao sistema de produção no PA, Terra Nova. In: **Ecodebate**, maio 2016. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2016/05/30/agricultores-integrados-do-dende-e-questoes-relativas-ao-sistema-de-producao-no-pa-terra-nova-por-lucinaldo-soares-gomes-e-sonia-barbosa-magalhaes/>. Acesso em: 20 out. 2016.

GONZAGA, N. B. **GRUCA (Grupo para consumo agroecológico)**: uma experiência de autogestão e cooperação entre consumidores e produtores da Feira Orgânica de Belém e do Assentamento Mártires de Abril (Mosqueiro - Belém - Pará). Disponível em: <http://memoriadazresidencia.wixsite.com/site/trabalhos-daz-2013-2014>. Acesso em: 20 out. 2016.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **INCRA nos estados**: informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária. Disponível em: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. Acesso em: 24 out. 2016.

KIND, Luciana et al. (Orgs.). **I Simpósio da Rede de Pesquisas em Narrativas, Gênero e Política**: narrativas com mulheres – experiências acadêmicas, profissionais e militantes. Belo Horizonte: PUC-Minas/Clock Book, 2016.

MAGALHÃES, S. B.; SILVA, Y. Y. P.; VIDAL, C. L. Não há peixe para pescar neste verão: efeitos socioambientais durante a construção de grandes barragens – o caso Belo Monte. In: **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, [S.l.], v. 37, maio 2016. ISSN 2176-9109. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/made/article/view/45595>. Acesso em: 26 out. 2016.

SÁ, L. M.; MOLINA, M. C. Educação Superior do Campo: contribuições para a formação crítica dos profissionais das ciências agrárias. In: MOLINA, M. C. et al. (Orgs.). **Práticas contra-hegemônicas na formação dos profissionais das ciências agrárias**: reflexões sobre agroecologia e Educação do Campo nos cursos do Pronera. Brasília: MDA, 2014.

SOUSA SANTOS, B. Da ideia de universidade à universidade de ideias. In: _____. **Pela mão de Alice:** o social e o político na pós-modernidade. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2010, p. 187-234.

_____. **A universidade no século XXI**. Para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. 2014. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/auniversidadedosecXXI.pdf>. Acesso em: 16 out. 2016.

VELOSO, T.; ALMEIDA, E. **Evasão nos cursos de graduação da Universidade Federal de Mato Grosso, campus universitário de Cuiabá** – um processo de exclusão, 2001. Disponível em: <http://24reuniao.anped.org.br/>. Acesso em: 18 out. 2016.

YAMAMOTO, O. Publish or perish: o papel dos periódicos científicos. In: **Estud. psicol**. (Natal) vol.5 n.1, Natal Jan./June 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2000000100001>. Acesso em: 16 out. 2016.

A RESPEITO DOS ORGANIZADORES

Mônica Castagna Molina:

É graduada em Ciências Jurídicas e Sociais (1989) pela PUC/Campinas, especialista em Políticas Públicas e Governo (1997) pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), mestre em Sociologia Rural (1998) pela Unicamp, doutora em Desenvolvimento Sustentável (2003) pela Universidade de Brasília e tem Pós-doutorado em Educação (2013) pela Unicamp. É professora Adjunta da Universidade de Brasília (UnB), da Licenciatura em Educação do Campo, no Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural e do Programa de Pós-Graduação em Educação, onde coordena a Linha de Pesquisa Educação Ambiental e Educação do Campo desde 2013. É coordenadora da pesquisa "Análise de práticas contra-hegemônicas na formação dos profissionais da Educação e das Ciências Agrárias nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte" pelo Observatório da Educação da Capes (2013-2017). Coordenou o Pronera e o Programa Residência Agrária. Participou da I Pesquisa Nacional da Reforma Agrária, em 2003-2004 (I PNERA) e Coordenou a II Pesquisa Nacional da Reforma Agrária (II PNERA), financiada pelo IPEA, em 2013-2015. Coordenou a Pesquisa Capes/CUBA, no período de 2010-2014. Coordenou a pesquisa "A Educação Superior no Brasil (2000-2006) - Uma Análise Interdisciplinar das Políticas para o Desenvolvimento do Campo Brasileiro", financiada pelo Observatório de Educação da Capes. Integra a pesquisa "Formação Docente e a Expansão do Ensino Superior", na coordenação do Sub 07: Educação Superior do Campo, pelo Projeto Observatório da Educação do Campo da Capes. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Sociologia da Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: Educação do Campo, Formação de Educadores, Políticas Públicas, Reforma Agrária, Desenvolvimento Sustentável.

Fernando Michelotti:

É graduado em Engenharia Agronômica (1993) pela Universidade de São Paulo (ESALQ-USP), mestre em Planejamento do Desenvolvimento (2001) pela Universidade Federal do Pará (NAEA-UFPA) e doutorando em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR-UFRJ). É Professor Adjunto IV da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), vinculado ao Instituto de Estudos do Desenvolvimento Agrário e Regional. Coordenou o curso de especialização em Educação do Campo, Agroecologia e Questão Agrária na Amazônia/Residência Agrária, em parceria com o IALA - Via Campesina.

Rafael Litvin Villas Boas:

Graduado em Jornalismo (2001), mestre em Comunicação Social (2004) e doutor em Literatura (2009) pela Universidade de Brasília. Tem pós-doutorado em Artes Cênicas pelo Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da Universidade de São Paulo (2017). Integra os Programas de Pós-Graduação, mestrado Profissional em Artes (Profartes/UnB) e Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe. Coordena os grupos de pesquisa Modos de Produção e Antagonismos Sociais, e Terra em Cena: teatro e audiovisual na Educação do Campo. É coordenador de Extensão da Faculdade UnB Planaltina (FUP) e da Escola de Teatro Político e Vídeo Popular. Desenvolve pesquisas nas áreas de Estética e Política, Cultura, Identidade e Território, e as interfaces entre questão agrária e questão racial no Brasil.

Rita de Cássia Fagundes:

É graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2005), em Direito pela Universidade Paranaense (2004) e mestra em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (2010). Foi coordenadora pedagógica do curso de Pós-Graduação em Residência Agrária da Universidade Federal de Sergipe e é integrante do Núcleo de Estudos e Vivências Agroecológicas (EVA-UFS), da Rede Sergipana de Agroecologia (Resea) e da Rede Nordeste de Núcleos de Agroecologia (Renda/CNPq). Atualmente é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ).

A RESPEITO DOS AUTORES

Adriana Fernandes Souza: Licenciada em Educação do Campo e especialista em Residência Agrária pela Universidade de Brasília (UnB). Trabalha com educação popular e teatro político, com a questão negra e da violência contra a mulher. Atualmente é educadora de jovens e adultos no Programa Projovem Campo Saberes da Terra e é integrante da equipe de coordenação política pedagógica do Residência Agrária Jovem - Universidade de Brasília/ CNPq. É mestranda da Faculdade de Educação da UnB.

Amaury da Silva Santos: É graduado em Agronomia (1992) e mestre em Fitotecnia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (1995), e doutor em Produção Vegetal pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (2000). Atualmente é pesquisador da Embrapa e coordenador do Núcleo de Agroecologia da Embrapa Tabuleiros Costeiros e integrante da Rede Sergipana de Agroecologia (Resea). Desenvolve atividades com sementes crioulas no estado da Paraíba, conhecidas por Sementes da Paixão. Desenvolve também pesquisas participativas em comunidades e assentamentos de Reforma Agrária, tendo como perspectiva a construção do conhecimento agroecológico por meio da sistematização de experiências agroecológicas e de seu intercâmbio entre agricultores e técnicos.

Ana Cláudia Diogo Tavares: Possui graduação em Direito e mestrado em Sociologia e Direito pela Universidade Federal Fluminense (UFF), além de doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Foi colaboradora no Programa de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direitos Sociais do Campo, da Universidade Federal de Goiás (UFG). Atualmente é Professora Adjunta do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos (NEPP-DH) e professora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas em Direitos Humanos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPDH/UFRJ).

Ana Manuela Chã: É graduada em Psicologia pela Universidade de Lisboa e mestra em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (Unesp). Faz parte da coordenação do Coletivo de Cultura do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Tem experiência na área de psicologia social, cultura e comunicação com ênfase em audiovisual e movimentos sociais.

Andhressa Araújo Fagundes: É doutora em Nutrição Humana pela Universidade de Brasília - UnB (2013), mestra em Ciências da Saúde - UnB (2006) e graduada em Nutrição (2002). É especialista em Gestão de Políticas Públicas de Alimentação e Nutrição, e em Vigilância Alimentar e Nutricional para a População Indígena, pela Fundação Oswaldo Cruz. Atua nas linhas de pesquisa: Nutrição na Atenção Primária à Saúde, Segurança Alimentar e Nutricional, e Educação Alimentar e Nutricional; Pesquisa Qualitativa em Saúde; Políticas e Programas de Alimentação e Nutrição. Atualmente é professora

do Departamento de Nutrição e do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Nutrição da Universidade Federal de Sergipe (UFS), e Coordenadora adjunta do Observatório de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado de Sergipe (OSANES).

Andrea C. Matheus: Engenheira Agrônoma e mestra em Agricultura Orgânica pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Atua no Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente do MST.

Andrea Machado Camurça: É graduada em Economia Doméstica pela Universidade Federal do Ceará (UFC), especialista em Segurança Alimentar e Nutricional pela Universidade Estadual do Ceará (UECe) e mestra em Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFC). Foi Secretária Executiva da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA) e desde 2005 é pesquisadora do Programa Residência Agrária (PRA). Atualmente é Professora Adjunta da Universidade de Brasília, docente da Licenciatura em Educação do Campo e integra o Programa de Pós-Graduação em Educação e o Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, da Universidade de Brasília.

Ayala Lindabeth Dias Ferreira: Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (2005) e especialização em Residência Agrária/ Pronera pela UFPA/Campus de Marabá (2012). Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), compõe a equipe pedagógica do Instituto de Agroecologia Latino-Americano Amazônico (IALA Amazônico). Atuando nesses espaços, acumulou experiência na educação popular e em sistemas produtivos no bioma amazônico (bioconstruções, criação de pequenos animais, produção de mudas nativas na Amazônia e apicultura).

Bárbara Loureiro Borges: É graduada em Engenharia Florestal pela Universidade de Brasília (UnB). Foi aluna do Curso de Especialização em Residência Agrária também da UnB. Possui formação e cursos na área de Agroecologia e Questão Agrária, e experiência em Extensão Rural, atuando em assentamentos e acampamentos de Reforma Agrária. Atualmente é mestranda no Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (UnB).

Beatriz Casado Baides: Possui graduação em Antropología Social y Cultural - Universidad Miguel Hernández (2007) e mestrado universitário em Desarrollo y Cooperación Internacional pelo Instituto HEGOA - Universidad del País Vasco (UPV-EHU) (2008). Foi Integrante da equipe de coordenação do curso de especialização em Residência Agrária da Universidade de Brasília (Pronera/CNPq/FUP) e atualmente é doutoranda do *Programa* de Doctorado en Estudios sobre Desarrollo do Instituto HEGOA - Universidad del País Vasco (UPV-EHU).

Carla Tatiane Guindani: Possui graduação em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e mestrado em Agroecossistemas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Charlotte Emanuele da Silva Sousa: Possui graduação em Agroecologia pelo Instituto Federal de Brasília (2013) e Pós-Graduação *Lato Sensu* em Residência Agrária com ênfase em Agroecologia pela Faculdade UnB Planaltina (2015). Linhas de pesquisa: gênero, raça, educação, teatro do oprimido.

Clarice Aparecida dos Santos: Graduada em Pedagogia pela Universidade de Ijuí/RS, mestra em Educação pela Universidade de Brasília (UnB) e doutora em Políticas Públicas e Formação Humana pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Foi analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e, entre 2007 e 2015, foi Coordenadora-Geral de Educação do Campo e Cidadania, e do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera). É professora da Universidade de Brasília.

Daniel Albiero: Possui graduação em Engenharia Agrícola pela Faculdade de Engenharia Agrícola da Unicamp (2001) e em Física pela Unicamp (1996), mestrado (2005) e doutorado (2009) em Engenharia Agrícola também pela Unicamp. Atualmente é bolsista de Produtividade Desen. Tec. e Extensão Inovadora do CNPq e Professor Adjunto de Máquinas e Energia na Agricultura da Universidade Federal do Ceará (UFC), Coordenador do Gemasa (Grupo de Pesquisas em Energia e Máquinas para a Agricultura do Semiárido) e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Agrícola da UFC (PPGEA-UFC).

Daniel Mancio: É professor do Departamento de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Tem graduação em Agronomia (2002) e mestrado em Solos e Nutrição de Plantas pela Universidade Federal de Viçosa (2008), além de especialização em Economia e Desenvolvimento Agrário (2010) e doutorado em Produção Vegetal pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Atua no curso de Educação do Campo, ministrando aulas de Questão Agrária, Agroecologia e Desenvolvimento Rural, e atua em projetos nas áreas de organização das áreas de Reforma Agrária e no desenvolvimento da agroecologia em assentamentos.

Débora Franco Lerrer: Graduada em Jornalismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com mestrado em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP), doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ) e pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Foi coordenadora do Curso de Especializa-

ção em Residência Agrária da UFRRJ, onde atualmente é Professora Adjunta do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Desenvolve pesquisas em torno dos seguintes temas: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, questão agrária, agronegócio, mediações jornalísticas e educação superior no campo.

Diana Mendes Cajado: Possui graduação em Engenharia de Pesca (2010) e mestrado em Economia Rural (2013) pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e doutorado em andamento no Programa de Desenvolvimento e Meio Ambiente (Prodema/UFC). É pesquisadora voluntária do Programa Residência Agrária. Tem experiência docente em graduação e pós-gradução nas áreas: economia e áreas afins, estágio supervisionado, orientação de trabalhos de conclusão de curso, metodologia do trabalho científico, gestão ambiental e áreas afins, além da experiência em projetos de extensão com ênfase em extensão rural.

Dominique Michèle Perioto Guhur: É graduada em Agronomia e mestra em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Trabalha com movimentos sociais desde 1999 nas áreas de agroecologia, educação popular, Educação do Campo, metodologia de pesquisa e economia política. Atualmente é integrante do Coletivo de Acompanhamento Político-Pedagógico da Escola Milton Santos, do Centro de Formação em Agroecologia do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Paraná.

Elenara Ribeiro da Silva: Tem graduação em Engenharia Agronômica pela Universidade de São Paulo (USP) e mestrado pelo Programa de Pós-Graduação Multiunidades em Ensino de Ciências e Matemática da Universidade de Campinas (Unicamp). Tem experiência em elaboração, execução e acompanhamento de projetos relacionados à Formação, Pesquisa-Ação-Desenvolvimento, Educação Ambiental e Extensão Rural.

Erika Macedo Moreira: Graduada em Direito e mestra em Ciências Jurídicas pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e doutora em Direito pela Universidade de Brasília (UnB). Atualmente é professora da Universidade Federal de Goiás (UFG), coordenadora do Observatório Fundiário Goiano (Ofungo) e do Curso de Direito para beneficiários da Reforma Agrária e agricultores familiares (UFG/ INCRA-Pronera).

Fábio Ramos Nunes: Graduado em Administração pelo Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix. Foi aluno do Curso de Especialização em Residência Agrária e atualmente é aluno do mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, ambos pela Universidade de Brasília (UnB).

Fernando Michelotti: É graduado em Engenharia Agronômica (1993) pela Universidade de São Paulo (ESALQ-USP), mestre em Planejamento do Desenvolvimento (2001) pela Universidade Federal do Pará (NAEA-UFPA) e

doutorando em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR-UFRJ). É Professor Adjunto IV da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), vinculado ao Instituto de Estudos do Desenvolvimento Agrário e Regional. Coordenou o curso de especialização em Educação do Campo, Agroecologia e Questão Agrária na Amazônia/Residência Agrária, em parceria com o IALA - Via Campesina.

Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo: É Professora Associada da Universidade Federal do Ceará (UFC). Possui doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará. É professora/orientadora no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (Prodema/UFC) e no Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas da UFC. Coordenou o curso de especialização em Residência Agrária na Universidade Federal do Ceará e é membro da Comissão Pedagógica Nacional do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera).

Geraldo José Gasparin: É graduado em Filosofia e mestre em Desenvolvimento Territorial para a América Latina e Caribe do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI). Foi coordenador-geral da Escola Nacional Florestan Fernandes no período de 2006 a 2011.

Haroldo de Souza: Possui graduação em Engenharia Agronômica pela Universidade de São Paulo (2000), mestrado em Planejamento do Desenvolvimento pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (2010). É professor da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa) e atualmente é doutorando do Programa de Pós-Graduação do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ).

Ivana Leila Carvalho Fernandes: É graduada em Pedagogia (2015) e Economia Doméstica (2005), especialista em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo (2007) e mestra em Avaliação de Políticas Públicas (2013). Tem experiência na área de Desenvolvimento Rural, com ênfase em Políticas Públicas, Educação do Campo, Movimentos Sociais, Extensão Rural, Agroecologia e Relações de Gênero e Família. Atualmente é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Ceará (Prodema/UFC).

Janaína Tude Sevá: É bacharel e licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (UFF), tem mestrado e doutorado pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). Atualmente é professora do Curso de Direito da Universidade Federal de Goiás (UFG) e pesquisadora colaboradora do Observatório Fundiário Goiano (Ofungo/UFG)

José Jonas Duarte da Costa: Tem graduação em História e mestrado em Economia Rural pela Universidade Federal da Paraíba, e doutorado em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP). É Professor Associado III do Departamento de História da UFPB e membro da Comissão Pedagógica Nacional do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera). Coordenou o Programa de Residência Agrária - Processos Históricos e Inovações Tecnológicas no Semiárido, mediante parceria UFPB/Insa.

José Maria Tardin: Foi coordenador da Escola Latino-Americana de Agroecologia (ELAA) e assessor pedagógico em cursos de Agroecologia em vários países da América Latina. Atua na formação em Agroecologia em escolas técnicas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, assessorando cursos de Especialização em Agroecologia em parceria com universidades e institutos de pesquisa.

Josefa Adriana Leal dos Santos: É graduada em Medicina (ELAN), tem Especialização em Residência Agrária pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) e é integrante do Setor de Saúde do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Atualmente é servidora pública, exercendo a função de médica do Programa Saúde da Família em Simão Dias/SE.

Karla Karolline de Jesus Abrantes: Possui graduação em Economia Doméstica (2012) e mestrado em Economia Rural pela Universidade Federal do Ceará (2015). Foi bolsista do Residência Agrária e têm publicações e estudos nas áreas de Economia Doméstica com enfoque nos temas de assentamentos rurais, segurança alimentar e nutricional, relações de gênero, mulheres rurais e agroecologia. Atualmente é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (Prodema/UFC).

Laura Angélica Ferreira: Possui graduação em Zootecnia pela Universidade Federal de Viçosa/MG (1993), mestrado em DEA ETES: Environnement, Temps, Espace et Société - Université D'Orléans (1994) e doutorado em Développement Rural et Système d'Élevage - Institut National Agronomique Paris-Grignon (2001). Atualmente é Professora Associada da Universidade Federal do Pará.

Lígia Alves Viana: É graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Ceará (UECe) e mestra em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Ceará (Prodema/UFC). Atualmente é integrante do Núcleo de Estudos, Experiências e Pesquisas em Agroecologia (NEEPA), vinculado ao Programa Residência Agrária e Núcleo Tramas - Trabalho, Meio Ambiente e Saúde, ambos da Universidade Federal do Ceará (UFC).

Luiz Henrique Gomes de Moura: É Engenheiro Florestal formado na Universidade de Brasília (UnB), especialista em Agroecologia e mestre em Agroecossistemas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e doutor em Geografia pelo Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade

Federal de Goiás (UFG). Militante pela Reforma Agrária, tem realizado estudos e pesquisas nas áreas de agroecologia, soberania alimentar, questão agrária, questão ambiental e novas dinâmicas da acumulação capitalista. Integra o grupo de pesquisa Modos de Produção e Antagonismos Sociais (UnB) e o Núcleo de Estudos e Pesquisa em Geografia Agrária e Dinâmicas Territoriais (UFG).

Marcela Medeiros de Castro: Tem graduação em Educação do Campo e especialização em Residência Agrária pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). É integrante da Federação de Trabalhadores da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro e uma das Coordenadoras do Assentamento Celso Daniel - Macaé/RJ.

Marcelo Bruno Ribeiro Barbosa: Graduado em Agronomia pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), atuou no fortalecimento e na consolidação do Núcleo Interdisciplinar de Agroecologia e Educação do Campo (Naec) e do Instituto de Agroecologia Latino-Americano Amazônico (IALA Amazônico). Atualmente é mestrando do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ).

Marco Antonio Ribeiro Baratto: Tem graduação em Pedagogia, mestrado em Educação Ambiental e Educação do Campo e doutorado em Política Social pela Universidade de Brasília (UnB). Participou da equipe pedagógica do Curso de Especialização *Lato Sensu* em Residência Agrária (UnB/CNPq/Pronera) e da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF).

Maria Inês Escobar da Costa: É professora da Universidade Federal do Cariri/UFCa, possui graduação em Agronomia pela Universidade Federal de Viçosa - UFV/MG (2002) e mestrado em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília - CDS/UnB (2006). Atualmente é doutoranda na Universidade de São Paulo - FEUSP/USP. Tem experiência na área de Agronomia, com ênfase em Extensão Rural, Agroecologia e Educação do Campo, atuando principalmente nos seguintes temas: assentamentos rurais, Educação do Campo, meio ambiente e cultura. Atualmente é coordenadora da Especialização em Cultura Popular, Arte e Educação do Campo - Residência Agrária.

Rafael Litvin Villas Bôas: Graduado em Jornalismo (2001), mestre em Comunicação Social (2004) e doutor em Literatura (2009) pela Universidade de Brasília. Tem pós-doutorado em Artes Cênicas pelo Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da Universidade de São Paulo (2017). Integra os Programas de Pós-Graduação, mestrado Profissional em Artes (Profartes/UnB) e Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe. Coordena os grupos de pesquisa Modos de Produção e Antagonismos Sociais, e Terra em Cena: teatro e audiovisual na Educação do Campo. É coordenador de Extensão da

Faculdade UnB Planaltina (FUP) e da Escola de Teatro Político e Vídeo Popular. Desenvolve pesquisas nas áreas de Estética e Política, Cultura, Identidade e Território, e as interfaces entre questão agrária e questão racial no Brasil.

Ranielle Caroline de Sousa: Possui graduação em Direito pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e mestrado em Direito pela Universidade de Brasília (UnB). Atualmente é Professora Substituta da Universidade Federal de Goiás, advogada do Cerrado Assessoria Jurídica Popular e coordenadora do curso de Direito da Faculdade de Inhumas/GO.

Rita Fagundes: É graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2005), em Direito pela Universidade Paranaense (2004) e mestra em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (2010). Foi coordenadora pedagógica do curso de Pós-Graduação em Residência Agrária da Universidade Federal de Sergipe e é integrante do Núcleo de Estudos e Vivências Agroecológicas (EVA-UFS), da Rede Sergipana de Agroecologia (Resea) e da Rede Nordeste de Núcleos de Agroecologia (Renda/CNPq). Atualmente é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ).

Roseli Salete Caldart: É graduada em Pedagogia pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), mestra em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Integra o Setor de Educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e atualmente é assessora pedagógica do Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (Iterra), além de coordenar o curso de Licenciatura em Educação do Campo, parceria Iterra-UnB-MEC.

Sônia Barbosa Magalhães: Possui graduação e mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), doutorado em Antropologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e em Sociologia pela Université Paris 13. Atualmente é professora da Universidade Federal do Pará, vinculada ao Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural.

Tatiana Canuto Silva: É nutricionista graduada pela Universidade Federal de Sergipe (2016). Participou das ações de Extensão do Eixo de Saúde e Segurança Alimentar e Nutricional do curso de Especialização em Residência Agrária da Universidade Federal de Sergipe. Atualmente é mestranda em Ciências da Nutrição pela Universidade Federal de Sergipe (2017-2019) e pós-graduanda (nível de Especialização) em Segurança Alimentar e Nutricional pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2016-2017).

ISBN 978-85-230-1208-3

UnB | CTEC

CAPES